

NAZARÉ / CAMPO DA PÓLVORA

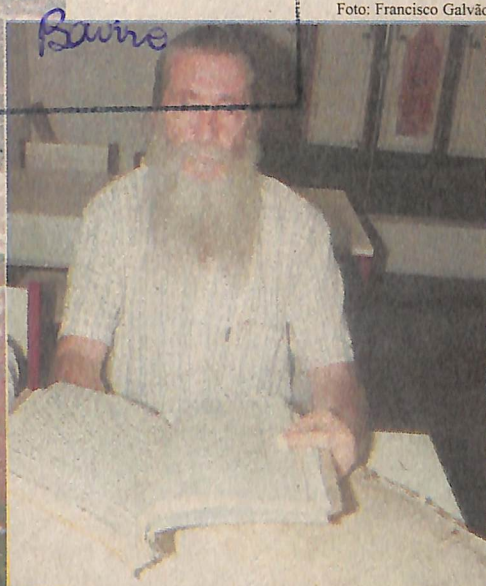
PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data		
22/07/98		
Caderno	Página	
LOCAL	7	
Secção		
Assunto		
Bavaro		

Judiciário é injusto com os vizinhos

Judiciário é injusto com os vizinhos

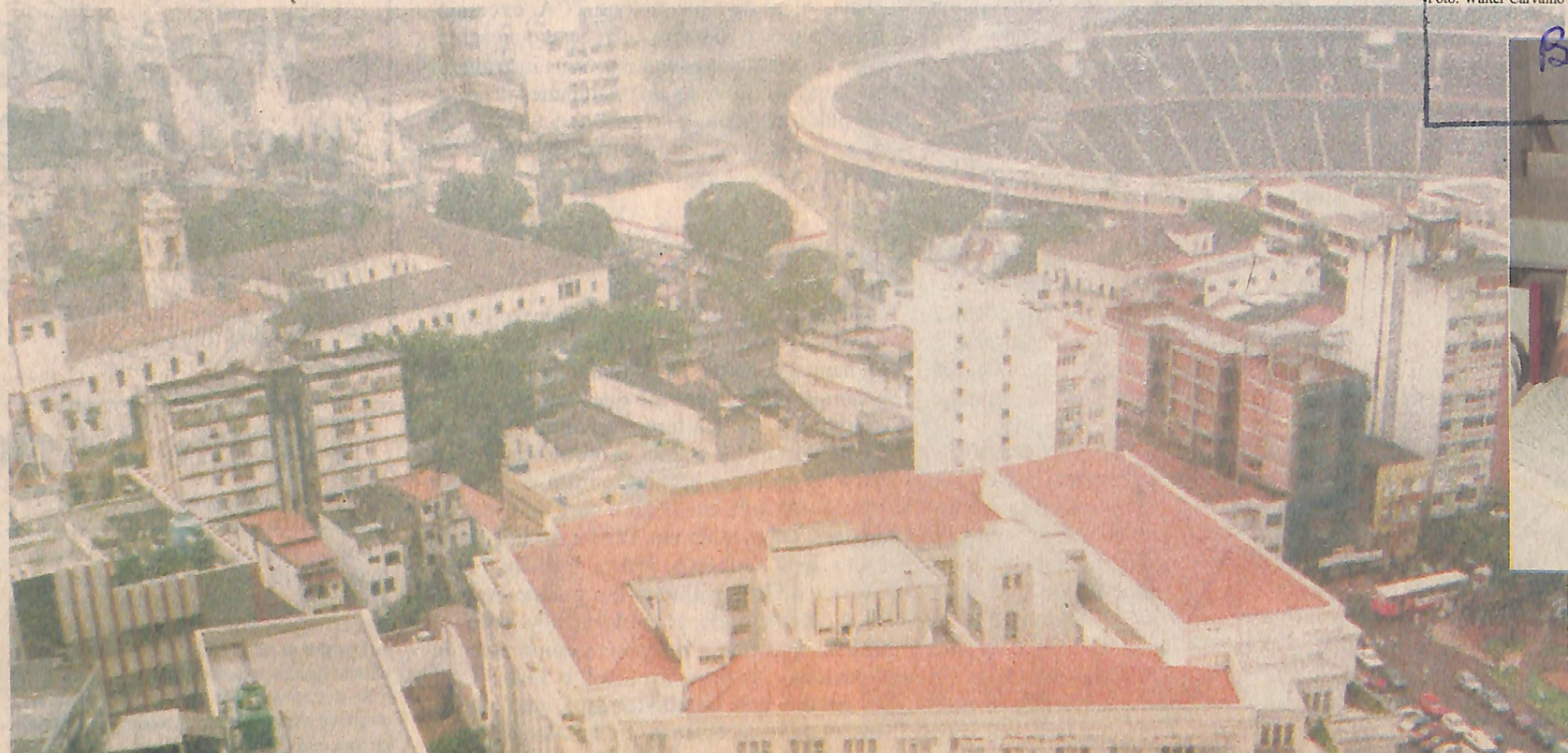
Foto: Walter Carvalho

Foto: Francisco Galvão



Paulo Peixoto mantém a luta

mesma rua, inclusive a própria casa em que morava. Em 1965, seu pai faleceu. "Como meus irmãos moravam em São Paulo, e todos estavam com suas vidas estabiliza-



O Tribunal de Justiça da Bahia está erguendo um prédio de seis andares, ao lado do Fórum Ruy Barbosa, numa área de sete mil metros quadrados, terreno que ainda pertence aos ex-moradores da Rua do Tingüi, abrange 10 imóveis antigos e não foi pago. Em dezembro de 1996, cerca de 40 policiais militares ocuparam a área, sem que houvesse decreto de desapropriação do governo. Quarenta dias depois, o ex-governador Paulo Souto assinou decreto convalidando a ação do Tribunal de Justiça. O fato causou grande revolta entre os moradores, que agora estão no desespero, pois 90% dos 25 imóveis não foram pagos. O prédio, que leva o nome do ex-desembargador Carlos Souto, está com sua inauguração prevista para dezembro, visando alojar Varas Criminais.

Marconi de Souza

O Tribunal de Justiça da Bahia está erguendo um prédio de seis andares, ao lado do Fórum Ruy Barbosa, numa área de sete mil metros quadrados, terreno que ainda pertence aos ex-moradores da Rua do Tingüi, abrange 10 imóveis antigos e não foi pago. Em dezembro de 1996, cerca de 40 policiais militares ocuparam a área, sem que houvesse decreto de desapropriação do governo. Quarenta dias depois, o ex-governador Paulo Souto assinou decreto convalidando a ação do Tribunal de Justiça. O fato causou grande revolta entre os moradores, que agora estão no desespero, pois 90% dos 25 imóveis não foram pagos. O prédio, que leva o nome do ex-desembargador Carlos Souto, está com sua inauguração prevista para dezembro, visando alojar Varas Criminais.

Marconi de Souza

O médico Abílio Alves Peixoto e sua esposa, Maria de Freitas Mota Peixoto, fixaram residência, em 1935, na casa de nº 22 da Rua do Tingüi, ao lado do Fórum Ruy Barbosa. Na época, o suntuoso prédio do Poder Judiciário não existia. Toda a área era livre e imensa, servindo como um parque para as crianças. Naquele imóvel, o casal teve três dos sete filhos e viveu ali para sempre. Em 1949, ano em que foi inaugurado o Fórum Ruy Barbosa, a filha caçula, Maria Francisca Alves Peixoto, de oito anos, morreu atropelada em frente à residência. A tragédia abalou os membros da família, mas não o suficiente para que abandonassem a residência.

Eles adoravam o local, embora as novas construções tivessem desfigurado o ambiente. O casal já tinha criado laços fortes com a vizinhança. A escola das crianças era na mesma rua – na casa de nº 10 – e os amigos e parentes também moravam em bairros próximos. Os filhos Eduardo Mota Alves Peixoto, hoje um dos químicos mais renomados do país, e Paulo Mota Alves Peixoto, engenheiro civil, fundaram um centro de pesquisa – “O Átomo” –, que funcionava também na casa dos pais. O próprio Eduardo Peixoto conseguiu, na época, notoriedade científica, recebendo um prêmio nacional.

Enfim, a família gozava de conceito no bairro. “O Campo da Pólvora era conhecido naquela época como um local de gente truculenta, mas nós formávamos um grupo distinto. Éramos jovens sensíveis e muito estudiosos”, lembra hoje Paulo Peixoto. Dois anos após o atropelamento fatal da irmã, sua mãe faleceu, em 1951, causando outra grande consternação na fa-



A construção do anexo do fórum tem sido contestada desde o seu início, mas a obra prossegue, apesar dos prejuízos que causa aos moradores

mília. A partir de então, os filhos do casal concluíram os cursos de nível superior e foram morar em São Paulo, exceto Paulo Peixoto. Em 1961, ele se for-

mou em Engenharia Civil, pela Universidade Federal da Bahia, e, logo depois, fundou um escritório de cálculo na mesma casa onde morava com o pai.

Dois decretos

“Modéstia à parte, nosso escritório tornou-se principal referência no setor de engenharia”, afirma

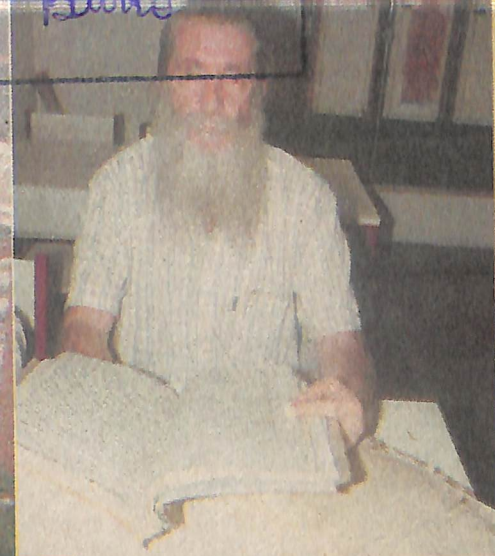
Paulo Peixoto, falando sobre a notoriedade do endereço. De fato, o negócio lhe rendeu bons dividendos, a ponto de ele ter conseguido adquirir outros sete imóveis na

Paulo Peixoto mantém a luta

mesma rua, inclusive a própria casa em que morava. Em 1965, seu pai faleceu. “Como meus irmãos moravam em São Paulo, e todos estavam com suas vidas estabilizadas, eles decidiram me vender suas partes na herança”, conta. Em 1971, o engenheiro mudou de residência, mas criou um estacionamento na Rua do Tingüi. O escritório de cálculo continuou funcionando no local.

Todavia, no dia 19 de maio de 1978, veio o primeiro susto: o governador Roberto Santos (1975-1979) publicou o Decreto nº 26.159/78, para desapropriação de todas os imóveis daquela área, considerando-os de utilidade pública. O decreto foi a pedido do então presidente do Tribunal de Justiça, Oswaldo Sento-Sé, já falecido. O advogado Jacques Baleeiro, que representava os moradores do Tingüi, ingressou com medida cautelar para avaliação do preço das casas. A 8ª Vara da Fazenda Pública determinou a perícia, mas o governo não quis pagar o valor. No governo de João Durval Carneiro (1983-1987), o decreto teve expirada sua validade, que é de cinco anos, segundo a Lei 3.365/41.

De acordo com Paulo Peixoto, os desembargadores não se deram por satisfeitos e empreenderam uma luta para conseguir novo decreto, embora não tivessem êxito no governo de Waldir Pires (1987-1989). Em janeiro de 1991, no apagar das luzes da administração de Nilo Coelho (1989-1991), o então presidente do TJ, desembargador Mário Albiani, assumiu o cargo executivo por cinco dias. Resultado: ele preparou um novo decreto de nº 4.354/91, que foi assinado por Nilo Coelho. Dois meses depois, o governo do estado foi assumido por Antonio Carlos Magalhães, que ficou no cargo até 1994. Neste período, a cúpula do Tribunal de Justiça não se manifestou para a aquisição dos imóveis.



Decreto “caduco” foi utilizado para a desapropriação

Paulo Peixoto afirma que foi registrada uma trégua, entre 92 e 96, porque, segundo ele, naquele período os desembargadores desviaram sua atenção para a construção de casas de juizes no interior do estado e do novo prédio do Ipraj, no bairro de Sussuarana. Enfim, o decreto patrocinado por Mário Albiani, em 1991, acabou tendo também sua validade vencida cinco anos depois. Mas, para surpresa geral, o desembargador Aloísio Batista assumiu o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, em fevereiro de 1996, e acelerou as ações de desapropriação na 8ª Vara da Fazenda Pública. O fato causou espanto e revolta entre os advogados, promotores e juizes cumpridores da lei, visto que o prazo do segundo decreto de desapropriação já tinha expirado.

“Na época, um desembargador me disse que Aloísio Batista estava armando um esquema para tomar todo o terreno por outras vias. Um verdadeiro golpe”, conta o engenheiro Paulo Peixoto. No dia 4 de dezembro de 1996, o juiz João Lopes da Cruz, titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, concedeu a imissão de posse de 25 imóveis. No dia seguinte, 40 homens da Polícia Militar ocuparam o estacionamento do engenheiro e também retiraram a força alguns moradores de suas residências. “Em conversa particular, o juiz me disse que foi ameaçado: ou ele assinava a liminar ou perdia o emprego”, denuncia Peixoto.



Dona Lourdes acompanha, do terraço de sua residência, as obras do seu novo e incômodo vizinho

O ato inconstitucional revoltou alguns juristas, que passaram a criticar abertamente o conluio envolvendo os poderes Executivo e Judiciário. As manifestações de repúdio levaram o governador Paulo Souto a uma tentativa de remendar o estrago. No dia 24 de janeiro de 1997, ele publicou um terceiro decreto de desapropriação, nº 6.176/97, mas ferindo também frontalmente a Constituição Federal, pois convalidou os atos anteriormente praticados pelo Tribunal de Justiça. De lá para cá, o problema cresceu, visto que demoliram quase metade dos imóveis sem pagar a indenização aos ex-proprietários.

Pressão e desrespeito à cidadania

Na atual gestão do Tribunal de Justiça, a situação do mandado de segurança de Paulo Peixoto “continua nebulosa e congelada”, como ele mesmo frisa, pois foi enviado para uma Câmara Especial de quatro desembargadores: Justino Telles, Jafeth Eustáquio, Paulo Gomes e Walter Brandão. “Nenhum dos desembargadores informa nada sobre o processo”, critica Peixoto. Ele disse que depositaram R\$ 25 mil em juízo. Ao longo desse período, porém, Peixoto já acumulou um prejuízo su-

perior a R\$ 500 mil, pois o estacionamento lhe dava um rendimento mensal de R\$ 30 mil. “Se o meu direito de cidadania foi para o lixo, imagine o dos demais moradores”, compara.

Nos últimos 18 meses, o clima na Rua do Tingüi, criado pela cúpula do Judiciário, foi de muita pressão. Um dos moradores, o professor da Faculdade de Arquitetura, Newton Raimundo da Silva, faleceu. Os filhos, em protesto contra a Justiça, pintaram a fachada da residência de preto. Ou-

tra moradora, Maria Cordeiro, sofreu deslocamento de retina e ficou cega. O médico diagnosticou a cegueira como consequência da pressão que vinha sofrendo para deixar o imóvel. Ao final, foi obrigada a sair da casa por R\$ 100 mil, enquanto a perícia técnica da 5ª Vara da Fazenda Pública avaliou o imóvel em quase o dobro.

O mesmo ocorreu com os moradores Milton Neris e Theodomi-ro Baptista Filho, embora este último seja o único que não conteste a indenização. Já o caso de

mente é desembargador. Em 1993, a juíza Eleonora Cajahyba publicou acórdão confirmando a sentença de primeira instância. Ela também considerou a avaliação justa. Todavia, o governo se recusou a pagar, forçando o ex-presidente do TJ, Aloísio Batista, a aplicar outras estratégias de avaliação.

Como forma de pressão, o Ipraj passou a oferecer R\$ 3 mil por imóvel. Desesperados, os moradores entraram com mandados de segurança, mas nenhum dos processos foi julgado. “A Lei 1.533, de dezembro de 1951, estabelece prazo de 90 dias para julgamento. Infelizmente, aqui na Bahia é assim. Não julga e fica por isso mesmo”, lamenta a advogada Marta Regina Gonçalves, responsável pelo mandado do engenheiro Paulo Peixoto. O processo dele teve como primeiro relator o desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, que repassou para o desembargador Eduardo Jorge Magalhães. “Eles ficaram me cozinhando o ano inteiro. O processo não andou”, denuncia Peixoto.

Milton Neris foi considerado pelos advogados um “assalto a mão armada”. Ele tinha um prédio de três pavimentos, onde residia e onde funcionava um amplo laboratório fotográfico. Como foi expulso do local, está endividado. “Desarticularam toda minha vida e estou com uma dívida de R\$ 30 mil”, lamenta Neris, ressaltando que agora mora “de favor” no apartamento de um amigo. O imóvel dele foi avaliado, pela 5ª Vara, em torno de R\$ 220 mil, mas o Ipraj só pagou metade.